

RESENHA:
*PRESERVAÇÃO
DO PATRIMÔNIO
ARQUITETÔNICO DA
INDUSTRIALIZAÇÃO:
PROBLEMAS
TEÓRICOS DE
RESTAURO*

KÜHL, BEATRIZ MUGAYAR. 2. ED. COTIA: ATELIÊ, 2018.
328 P.

EDUARDO BACANI RIBEIRO, UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, SÃO PAULO,
SÃO PAULO, BRASIL

Doutorando da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

Área de pesquisa: História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo.

E-mail: eduardoribeiro5@hotmail.com

DOI

<http://dx.doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v15i29p208-218>

RECEBIDO

03/03/2020

APROVADO

16/03/2020

Em meio à malha urbana de diversas cidades é possível encontrar antigas fábricas ou complexos industriais que perderam suas atividades originais por causa do crescimento urbano, porque suas produções tiveram que migrar para outras regiões ou, ainda, porque as antigas construções tornaram-se obsoletas, o que provocou a ociosidade de muitos desses territórios. A sobrevivência de algumas dessas edificações permite observar aspectos materiais, técnicos, plásticos e funcionais característicos da arquitetura industrial, como tijolos aparentes e telhados em *shed* ou com lanternim, bem como, a partir de maquinários e equipamentos, conjecturar certas características da operação humana que existiu nessas áreas, como o processo produtivo, volume de funcionários e particularidades da dinâmica no espaço. Traços que, combinados com paisagem local, conferem aspecto industrial a muitos bairros¹, permitindo a leitura de um processo histórico de transformações no qual se pode observar uma estreita relação entre desenvolvimento urbano e industrialização.

No entanto, pensar projetos de intervenção que possam reativar essas áreas e, assim, garantir o cumprimento de suas funções sociais (uma premissa constitucional em âmbito nacional), embora pareça uma tarefa

1. As características industriais não se limitam propriamente ao edifício da fábrica, mas englobam também outras edificações em seu entorno, como vilas operárias ou equipamentos de transporte, a exemplo das ferrovias que, em determinados casos, estavam próximas às indústrias, conferindo uma fisionomia particular a essas áreas. Dessa maneira, é preciso observar de forma abrangente esses territórios.

simples – e muitos exemplos demonstram que assim tem sido encarada – é, na verdade, uma questão bastante complexa, posto que intervir no patrimônio industrial, reconhecido como parte da cultura e da expressão de uma determinada geração, demanda embasamento em uma disciplina de lenta maturação, que é discutida desde o Renascimento e que traçou suas bases teórico-metodológicas e técnico-operacionais durante o século XIX, consolidando-se como disciplina autônoma (mas não isolada) durante o século XX: o restauro (KÜHL, 2018).

O debate sobre o patrimônio industrial² faz parte de um contexto de alargamento daquilo que passou a ser considerado bem cultural. Teve início tardiamente, a partir de 1950, na Inglaterra, quando construções representativas desses bens passaram a ser demolidas. No Brasil, o primeiro tombamento realizado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) de um bem de natureza industrial ocorreu apenas em 1964, com o tombamento do conjunto formado pelos remanescentes da Real Fábrica de Ferro São João do Ipanema, no município de Iperó³. Assim, ao longo dos anos, diversos estudos têm se dedicado a investigar esses elementos e as vertentes dessa matriz, como o patrimônio ferroviário.

O livro *Preservação do patrimônio arquitetônico da industrialização: problemas teóricos de restauro*, publicado em 2008 e fruto da revisão do texto da tese de livre-docência de Beatriz Mugayar Kühl – defendida em 2006 na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP) – é uma das significativas produções que a partir da ampliação dos bens considerados de interesse cultural se debruçou sobre

2. Kühl (2018) esclarece que os “monumentos da industrialização” não são apenas aqueles associados à arquitetura dos edifícios relacionados com a produção ou o complexo e seu entorno (habitações, escolas, hospitais etc.), mas também unidades de produção de energia, meios de transporte e edifícios pré-fabricados (totalmente ou parcialmente), que são fruto do processo de industrialização.

3. Relevante pontuar que, mesmo nesse contexto de alargamento dos bens reconhecidos como de interesse cultural que passa a abarcar o patrimônio industrial, serão tombados bens industriais com características monumentais ou excepcionais, como o mencionado complexo de Iperó. Não por acaso, do mesmo modo, a primeira estação ferroviária paulista a ser tombada, em 1974, pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (Condephaat) foi a estação ferroviária de Bananal, uma estação única em território nacional, por ser um edifício importando da Bélgica e composto por estruturas de aço desmontáveis e pré-fabricadas.

o patrimônio industrial. De forma competente⁴ e abrangente, mediante uma base importante de fontes bibliográficas e documentais, o livro oferece reflexões e sugestões operacionais de possíveis estratégias capazes de garantir a preservação dos bens originários do processo da industrialização.

Republicada em 2018 na sua segunda edição, a obra chama a atenção para sua demanda e para o caráter atual de seu conteúdo que, mesmo após dez anos de sua publicação, explora uma temática ainda pouco compreendida e evidenciada, o que contribui para que a obra seja, ainda hoje, uma das principais referências sobre questões em torno do patrimônio industrial e de aspectos teóricos ligados ao restauro – assuntos bastante pertinentes nos ambientes citadinos em constante processo de transformação.

O livro, que apresenta 325 páginas, está dividido em três capítulos, que exploram a aplicabilidade dos atuais instrumentos teóricos do restauro enquanto orientadores de ações concretas sobre o patrimônio arquitetônico fruto da industrialização. Dessa forma, a obra instiga no leitor um constante questionamento sobre “o que” é objeto do restauro, “por que” preservar e “como” restaurar, reflexões que, como observa a autora, são fundamentais para nortear os estudos e projetos de intervenção nos bens de interesse cultural. Assim, a obra não se posiciona como um receituário ou uma espécie de norte para um possível formulário que estabeleça pontos a serem cumpridos durante análises ou processos intervencionistas, mas como um compêndio de informações substanciais que dão base para o conhecimento histórico e o direcionamento crítico – teórico e prático – diante de preceitos que objetivam a preservação.

O primeiro capítulo, “Conceitos ligados à arqueologia industrial, arquitetura industrial e restauração”, discorre sobre a definição conceitual do termo “arqueologia industrial”⁵, passando pelas primeiras iniciativas de

4. Importante mencionar que, nas pesquisas desenvolvidas por Kühl em sua trajetória acadêmica e anteriores a sua tese de livre-docência, a autora já havia se debruçado sobre questões referentes ao patrimônio industrial: ver Kühl (1998, 2004). Além disso, iniciara também uma série de traduções de publicações de importantes teóricos do restauro, como Brandi (2004), Viollet-le-Duc (2000) e Boito (2002).
5. Segundo Kühl, desde o surgimento dessa expressão houve uma série de polêmicas em torno de seu valor semântico, de seu campo de atuação e do recorte cronológico dos bens a serem investigados. Para a autora “a arqueologia industrial, assim, não se caracteriza como disciplina autônoma; é um vasto tema de estudo que exige a multidisciplinaridade e articulação de vários campos do saber. O interesse da arqueologia industrial é de fato tratar esse tema – o legado da industrialização em suas numerosas facetas” (KÜHL, 2018, p. 44).

documentos internacionais⁶ que identificaram o patrimônio proveniente da industrialização não apenas como testemunho de um processo material, mas como processo imaterial que deve ser preservado. Posteriormente, discute a preservação como ato de cultura, amadurecido ao longo de séculos de proposições e práticas metodológicas construídas sem linearidade e com pertinência relativa⁷ – em detrimento de ações arbitrárias e pragmáticas. Por fim, aborda a preservação no Brasil e os problemas do critério de restauração, que, segundo a autora, evidenciam que o país, ao longo dos anos, passou de um momento repristinatório para um alinhamento com o restauro crítico, apesar do modo infundado como se invocam no ambiente brasileiro formulações dessa vertente, desconsiderando aspectos documentais dos monumentos históricos, o que pode conduzir a danos irreparáveis diante de testemunhos únicos e não reproduzíveis.

O segundo capítulo do livro, “Algumas questões pertinentes à preservação da arquitetura da industrialização numa escala mais abrangente”, trata da influência de outros segmentos que propõem o tratamento das antigas áreas industriais. Por serem ambientes urbanos muitas vezes bem localizados e com dimensões generosas, despertam com frequência o interesse do capital imobiliário em desenvolver novos empreendimentos, o que geralmente ocasiona a perda do material histórico-documental ou a apropriação de determinados fragmentos desses conjuntos de maneira descontextualizada e com caráter meramente panfletário. Em vista disso, a autora observa que é necessário refletir sobre o patrimônio industrial para além da perspectiva do edifício, analisando também as diferentes relações deste com o terreno, do terreno com o bairro e do bairro com a cidade, o que demonstra não apenas um problema de escala, mas também social, político e econômico, que demanda, por vezes, o uso de instrumentos do planejamento urbano e territorial no tratamento desses espaços.

6. A exemplo da Carta de Nizhny Tagil, redigida e aprovada durante o congresso realizado em 2003, na Rússia, pelo The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage (TICCIH).

7. Nesse sentido, a autora elucida tendências atuais que, embora não sejam unívocas, objetivam a preservação se fundamentando em pelo menos dois séculos de experiências e de reflexões sobre o tema, como a corrente “crítico-conservativa”, a “conservação integral” e a “hipermanutenção”, todas elucidadas no texto a partir de importantes referenciais teóricos como: Giovanni Carbonara, Gaetano Miarelli Mariani, Cesare Brandi, Marco Dezzi Bardeschi, Paolo Torsello, Paolo Marconi, entre outros.

No terceiro capítulo da obra, “Restauração do patrimônio arquitetônico da industrialização e projeto de arquitetura: temas resultantes da análise de intervenções e da bibliografia”, a autora, a partir de estudos de caso e base bibliográfica, observa intervenções efetuadas em importantes edifícios industriais, como a Estação Júlio Prestes e a Estação da Luz, não se esquivando de criticar projetos de intervenção executados nesses bens por consagrados arquitetos, como ao observar os problemas em torno da instalação do Museu da Língua Portuguesa⁸ sobre o tecido historicizado e altamente simbólico da Estação da Luz⁹. A partir de um amplo estudo multidisciplinar, a autora indica que as especificidades históricas e estéticas desse bem deveriam ter direcionado qualquer novo uso ou quaisquer alterações necessárias¹⁰ nas dependências desse espaço. Entretanto, ocorreu o contrário, o que acabou por promover certos “estripamentos” e bloqueios de permeabilidade com o exterior, bloqueando, em determinados trechos, a percepção da antiga estação enquanto edifício com raízes no final do século XIX e, violando, assim, aspectos documentais da edificação, apesar de sua proteção em diferentes esferas.

No entanto, a autora não restringe a discussão a problemas de preservação de obras mais antigas, como os casos das mencionadas estações ferroviárias. Ela aborda o patrimônio industrial mais recente, de linguagem modernista, a exemplo da antiga Fábrica Duchesne, edifício projetado por Oscar Niemeyer e Hélio Uchôa, construído em 1950 e demolido no início dos anos 2000, e do complexo industrial da fábrica Olivetti, projeto do arquiteto italiano Marco Zanuso, também edificado na década de 1950 e

8. Segundo Kühl, “a engenhosidade do partido arquitetônico, os êxitos figurativos e da proposta museográfica, transformaram o centro num grande sucesso de público. A questão é que o Museu da Língua portuguesa tem sido julgado apenas pelos seus resultados. Isso é extremamente inquietante, pois se recai naquele perigoso registro de que ‘os fins justificam os meios’, desconsiderando-se por completo a destruição de documentos significativos que a proposta causou” (2018, p. 195).

9. O atual prédio começou a ser construído em 1895 e foi inaugurado oficialmente em março de 1901, com grande parte de seus materiais e seu projeto vindos da Grã-Bretanha, posto que a edificação pertencia à inglesa São Paulo Railway, primeira companhia ferroviária do Estado de São Paulo, inaugurada em 1867 e responsável por fazer a conexão entre o Porto de Santos e Jundiaí. Não somente pelos elementos vinculados à sua proposta arquitetônica, bem como à sua inserção no espaço urbano, a Estação da Luz está associada a um processo ferroviário paulista amplo, que gerou significativas transformações no campo social, político, econômico, cultural e antropológico. Sobre a Estação da Luz ver: Kühl (1998) e Diaféria *et al.*, (2001).

10. Que, como recomendam os documentos interacionais, deveriam ser mínimas.

que, embora protegida por lei, foi vítima de uma descaracterização radical ao atender à instalação de um shopping center em sua área¹¹.

Em vista disso, Kühl pontua significativas observações acerca do cenário citadino, no qual se proliferam ações sobre o patrimônio industrial urbano sem a devida análise e sem considerar que o projeto de restauro é um tipo particular de projeto arquitetônico, fruto de uma compreensão aprofundada da obra, ou conjunto de obras, do ambiente em que estão inseridas e de sua trajetória histórica, material e imaterial. Assim, na perspectiva da autora, constantemente o interesse cultural, aquilo que torna esses artefatos suporte do conhecimento e da memória coletiva em suas mais variadas dimensões (artesanais, culturais, sociais, técnicas, econômicas e históricas), sequer é mencionado em certas ações e, muitas vezes, é deturpado em favor de interesses em desacordo com a preservação, como interesses políticos, econômicos e midiáticos. Não quer dizer, segundo Kühl, que esses segmentos devam ser ignorados no projeto de intervenção, mas sim que precisam ser observados em um segundo momento e trabalhados de forma respeitosa diante do preexistente, visto que, do contrário, podem provocar a perda ou deformação de artefatos únicos e irreproduzíveis, como também impedir a oportunidade futura de seu conhecimento.

Muitas questões problemáticas, apontadas nos estudos de caso observados pela autora, seriam resultado de uma incompreensão dos motivos pelos quais se preservam bens culturais, bem como dos critérios de como fazê-lo, o que resulta em instrumentos deficientes para se trabalhar no campo. Kühl destaca a necessidade do profissional à frente dos trabalhos de intervenção, assim como acontece na medicina com a residência médica, possuir pós-graduação na área para estar habilitado a lidar com a complexidade das questões que se colocam diante de um projeto de restauro.

Há um ponto importante abordado pela autora no último capítulo da obra relacionado à fachada das construções: o “fachadismo”. Isto é, a preservação da fachada da edificação desconsiderando aspectos documentais de sua configuração interna – o que reduz o bem a sua dimensão epidérmica ou à de mero contendor de novas funções. No mesmo sentido, a autora

11. Para Kühl, o trágico destino da Duchon e da Olivetti, duas “grandes eminências” da arquitetura industrial paulista e brasileira, mostra, entre outras questões, a “dificuldade em fazer cumprir resoluções legais e aplicar sanções aos responsáveis por descaracterizações” (KÜHL, 2018, p. 205).

analisa a necessidade de se utilizar no tratamento das fachadas o mesmo juízo histórico-crítico empregado no cuidado com toda a obra, dado que essas superfícies são “testemunho privilegiado” do transcurso da obra ao longo tempo, demandando, mesmo para a seleção da tinta a ser utilizada em sua pintura, embasamento técnico e histórico-crítico.

O livro deixa evidente que a intervenção em bens de interesse cultural é uma operação complexa, discutida ao longo de séculos e formatada a partir de uma trajetória não linear composta por diferentes soluções de pertinência relativa que não buscam congelar ou ignorar a criatividade do responsável pela intervenção – aspectos que, como apontado por Kühl, geralmente são destacados por aqueles que não se aprofundam na observação diligente do tema ou que desconhecem a temática em sua consistência disciplinar –, mas que reconhecem, sobretudo, a obrigação de preservar escrupulosamente as especificidades históricas e estéticas que garantem ao bem seu interesse cultural, as marcas que permitem transparecer sua passagem ao longo do tempo com suas diferentes dimensões materiais, emotivas e intelectuais. Estas, segundo Kühl, devem ser conservadas e valorizadas a partir de uma conscienciosa análise interdisciplinar, embasada nas ciências naturais e humanas e em preceitos secularmente debatidos e reconhecidos em importantes documentos internacionais de caráter indicativo e prescritivo. De acordo com a autora, esses pontos devem antever a técnica e renunciar ao protagonismo de objetivos que não tenham como norte o campo cultural.

Importante mencionar que a autora não propõe ou defende uma proteção ou tutela generalizada, ou a preservação acrítica da obra em sua condição momentânea, mas destaca a necessidade de inventário e estudos multidisciplinares abrangentes que ofereçam suporte para a seleção dos bens a serem preservados e que ajudem a traçar as condicionantes dos possíveis projetos de intervenção, os quais, segundo Kühl, devem estar adaptados à configuração e particularidades preexistentes, embasados em juízo histórico-crítico e totalmente dispostos a reinserir socialmente o artefato, quando necessário, a partir de uma proposta conscienciosa, uma vez que, com base nas observações da autora, não é possível classificar como restauração aquilo que descaracteriza, que insere o novo ferindo o antigo, que dificulta a leitura, que esvazia o sentido, que faz perder a essência e que negligencia a memória. Kühl deixa patente a solidez de

bases teórico-metodológicas que versam indistintamente sobre os bens de interesse cultural e elucida que a restauração não é um ato arbitrário, individualista ou que se faz a partir de opiniões não fundamentadas nos reais valores a serem preservados e valorizados no bem, destacando, em sua análise, perniciosas lacunas entre a teoria e a prática.

Certamente, acessar o livro em questão é algo necessário não apenas para conhecer ou aprofundar o conhecimento dos preceitos teóricos do restauro e as particularidades do patrimônio industrial, mas também, pedagogicamente, para refletir sobre a leitura de artefatos do passado e o compromisso hodierno de transmitir diligentemente os artefatos para as gerações futuras como forma de reconhecer nossa operacionalidade humana e nossa consciência cidadã. Além dos constantes questionamentos que permeiam a obra tratada neste texto – “o que” é objeto do restauro, “por que” preservar e “como” restaurar – a autora também instiga criticamente ao leitor duas outras questões que precisam ser devidamente refletidas: “quem” pode restaurar e “para quem” se deve preservar. Estas são perguntas que ao serem respondidas evidenciam a responsabilidade humana perante sua produção passada, não como agente que a recria diante de ambições pessoais ou tendências inerentes ao presente, mas como indivíduos que, sensíveis ao documento histórico, estão engajados em transformá-lo na contemporaneidade sem perder de vista o passado ou o futuro¹².

No que diz respeito ao patrimônio industrial, a obra contribui com um esclarecimento fundamental ao indicar que esses artefatos, muitas vezes operados de forma isolada, fora dos preceitos que dirigem as intervenções em outros bens de interesse cultural, precisam ter suas especificidades históricas e estéticas reconhecidas diante de suas próprias naturezas e trajetórias, assim como devem ser observados não apenas pela perspectiva de edificações excepcionais e monumentais, mas também como construções industriais modestas e plenas de significados e valores em seus contextos.

Atualmente, por exemplo, diversas estações ferroviárias no interior paulista estão em delicadas condições materiais de sobrevivência, sem qualquer proteção ou iniciativa pública que preserve e ressignifique esses

12. Não por acaso, os principais pontos presentes em vários documentos internacionais que versam sobre o restauro propõem: a mínima intervenção, a distinguibilidade entre o novo e antigo, o respeito ao documento em suas diferentes estratificações temporais e a retrabalhabilidade do bem.

elementos altamente simbólicos em seus meios¹³; ou, então, as vilas operárias que têm sido demolidas na cidade de São Paulo, como a Vila Operária João Migliari, edificada na década de 1950 e que ocupava uma área com dimensões significativas no bairro do Tatuapé antes de ser demolida em setembro de 2019 por uma ação que desconsiderou as dimensões históricas e estéticas desse conjunto para proporcionar uma área livre a um novo empreendimento do capital imobiliário, satisfazendo, assim, a lógica do mercado em detrimento de testemunhos históricos industriais¹⁴.

Destarte, a obra discutida neste texto, pela ótica do patrimônio industrial e dos problemas teóricos de restauro, convoca à reflexão e à ação, bem como alerta sobre nossa responsabilidade e incompreensão.

Beatriz Mugayar Kühl, atualmente, é professora titular da FAU-USP, onde leciona desde 1998, atuando tanto na graduação quanto na pós-graduação e trabalhando principalmente nos seguintes temas: conservação e restauração, bens culturais, arquitetura ferroviária, arquitetura do ferro e arquitetura industrial. Dessa forma, suscitou e embasou, a partir de suas produções e orientações acadêmicas, outros importantes trabalhos¹⁵ que também têm contribuído para amadurecer e avançar a discussão dessas temáticas em âmbito nacional.

REFERÊNCIAS

ALDANO, Mariana. Após demolição, vila no Tatuapé da década de 50 é tombada. *GT – O portal de notícias da Globo*, São Paulo, 3 set. 2019. Disponível em: <https://glo.bo/2KmDsHb>. Acesso em: 3 fev. 2020.

BOITO, Camillo. *Os restauradores*. Cotia: Ateliê, 2002.

BRANDI, Cesare. *Teoria da restauração*. Cotia: Ateliê, 2004.

DIAFÉRIA, Lourenço *et al.* *Um século de luz*. São Paulo: Scipione, 2001.

13. Sobre as atuais condições alarmantes de sobrevivência de várias estações ferroviárias do interior paulista ver: Ribeiro (2019a) e Ribeiro (2019b).

14. Segundo Aldano (2019), o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental (Conpresp) tombou o conjunto apenas quando a maior parte das casas já haviam sido demolidas. De acordo com a autora, a prefeitura embargou a demolição por falta de tapumes e multou a empresa em 40 mil reais, mas, ainda assim, a ação continuou e deu cabo à antiga vila operária, elemento característico em um entorno composto por várias edificações verticalizadas com vários pavimentos.

15. A exemplo de Rufinoni (2013), que, de certa forma, complementa e faz aprofundamentos próximos à abordagem de Kühl (2018).

KÜHL, Beatriz Mugayar. *Arquitetura do ferro e arquitetura ferroviária em São Paulo: reflexões sobre a sua preservação*. Cotia: Ateliê, 1998.

KÜHL, Beatriz Mugayar. *Preservação do patrimônio arquitetônico da industrialização: problemas teóricos de restauro*. 2. ed. Cotia: Ateliê, 2018.

KÜHL, Beatriz Mugayar. Questões teóricas relativas à preservação da arquitetura industrial. *Desígnio*, São Paulo, n. 1, p. 101-117, 2004.

RIBEIRO, Eduardo Bacani. Comadres do noroeste paulista, das casas de turma às estações: as construções sem destino. *Revista CPC*, São Paulo, v. 14, n. 27, p. 114-143, 2019a. DOI 10.11606/issn.1980-4466.v14i27p114-143.

RIBEIRO, Eduardo Bacani. *Estrada de Ferro Araraquara: da Morada do Sol à “Boca do Sertão” – os espaços invisíveis*. 2019. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019b.

RUFINONI, Manoela Rossinetti. *Preservação e restauro urbano: intervenções em sítios históricos industriais*. São Paulo: Ed. Unifesp: Edusp, 2013.

VIOLLET-LE-DUC, Eugène. *Restauração*. Cotia: Ateliê, 2000.

